

A casa de Minerva : entre a ilha e o palácio - A problemática dos discursos e lugares

Antonio José Barbosa de Oliveira*¹

RESUMO

Reflexões sobre o processo de construção de uma identidade nacional a partir da estruturação da instituição universitária no país, pela observação constitutiva da Universidade do Brasil, entre os anos 1930-1950, por ser considerada referência às instituições existentes. Problematizar a simultaneidade do início das obras de construção da Cidade Universitária da UFRJ (Ilha do Fundão) e a incorporação do prédio do “Hospício de Alienados”, no bairro da Urca-RJ, que se tornou sede da Reitoria da universidade. Perceber como os discursos oficiais produzem significados e memórias que se relacionam com a construção da identidade institucional e assim, estão diretamente ligados aos sentidos pretendidos pelos grupos que os constroem no decorrer do processo histórico. História permeada por silêncios (que significam) e de documentos textuais que diluem a problemática em narrativas oficialmente construídas.

Palavras-chave: Memória Social – História da Educação – Análise do discurso

Minerva's house: Between the island and the palace – Problems to do with discourses and places

ABSTRACT

Reflections on the process of building a national identity based on the establishment of the university framework of the country, through the specific observation of the Universidade do Brasil, between 1930 and 1950, chosen for its importance in being the benchmark for existing universities. Discussion of the problems inherent in the simultaneous construction of the University City (Cidade Universitária) of UFRJ (Fundão Island) and the incorporation of the "Insane Asylum" building, located in the Urca-RJ district, which would become the office of the president of the university. Analysis of how the official speeches produce meanings and memories related to the construction of institutional identity and thus are directly linked to the senses intended by the groups that build them during the historical process. History permeated by silence (which conveys meaning), and textual documents which dilute the problematic issues present in officially built narratives.

Key-words: Social Memory - History Education – Discourse Analysis

Memória, história e instituições : tempos, lugares e relações

A memória é sempre uma *construção* feita no *presente*, a partir de vivências e experiências ocorridas num *passado* sobre o qual se deseja refletir e entender. Como *construção*, a memória está também sujeita às questões da subjetividade, seletividade e, sobretudo, às instâncias de poderes. Mesmo que (re)constituída a partir de indivíduos, a

¹ *Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), doutorando do Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS); Professor Assistente do Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CBG/FACC/UFRJ)

memória sempre nos remete a uma dimensão coletiva e social e, por extensão, institucional. Outro aspecto importante em nossas considerações é a percepção de que é sempre no contexto de *relações* que construímos nossas lembranças, mesmo que aparentemente individualizadas (HALBWACHS, 2006). A memória também tem a função de produção ou percepção de sentimentos de pertinência a passados comuns, o que, por sua vez, constitui aspecto imprescindível ao estabelecimento de identidades calcadas em experiências compartilhadas, não somente no campo histórico ou material, como também (e sobretudo) no campo simbólico.

Devemos ainda considerar as relações que se estabelecem entre a memória e as questões que envolvem os *lugares, tempos e poderes*. As memórias, individual e coletiva, sempre se fazem em algum lugar que lhes imprime uma referência e as mudanças empreendidas nestes lugares sempre acarretam mudanças na percepção da realidade e de vidas que ficarão registradas. Certeau (2002:77) nos lembra que os lugares permitem e interditam as produções da história, tornando possíveis certas pesquisas em função de conjunturas e problemáticas comuns e, por outro lado, impossibilitando outras. Por sua vez, os grupos, classes e indivíduos também estão em constante disputa pelo poder. As relações entre poderes, muitas vezes, definem o que será lembrado e o que deverá ser esquecido. A evocação da memória está vinculada a um tempo presente; mesmo remetendo a uma lembrança do passado, é a necessidade *presente* que norteia a evocação memorialística. Neste sentido é sempre pertinente a consciência dos interesses presentes que definem os trabalhos no campo da memória. Bordieu (2001:37) já nos alertou para o perigo de nos tornarmos objetos dos problemas que tomamos para objeto. Ademais, concebemos que as formas de concepção do passado também são formas de *ação*, já que, “conceber o passado não é apenas selá-lo sob determinado significado, construir para ele uma interpretação; conceber o passado é também negociar e *disputar significados e desencadear ações*” (ALBERTI, 2004:33, grifo nosso). Foucault (1989) já nos sinalizou para o fato de que o poder é luta, confronto, relação de força, situação estratégica. Não é um lugar, que se ocupa, nem um objeto que se possui. Ele se exerce, se disputa, não sendo uma relação unívoca e unilateral. Desta forma, as lembranças e os esquecimentos que constroem nossas instituições (e que são igualmente construídos por elas), são constantemente permeados por relações de poderes que se estabelecem entre os seus diversos grupos. Se considerarmos que o poder é também produtor de individualidades, poderemos inferir que ele está ligado aos que detêm o saber. Os indivíduos e as instituições são produções de constantes interações entre poderes e saberes e todo conhecimento só pode existir a partir de condições políticas que são as condições para

que se formem tanto o sujeito quanto os domínios de saber. Não há saber neutro, já que todo saber é político.

Memória e identidade são conceitos intrinsecamente ligados, constituindo-se, mutuamente, num processo no qual a primeira dá substrato à segunda. Através de uma constante seletividade de elementos, a memória busca a legitimação do que deve prevalecer na lembrança e por isso também é objeto de constante disputa de poderes. Isso também vale para a memória institucional. Se é verdade que uma instituição é constituída de uma complexa rede de relações estabelecidas, não somente nos papéis e registros oficiais, mas (e sobretudo) através das práticas habituais, fundamentadas em valores e normas adotadas pelos sujeitos que as constituem e nela atuam, é também sabido que a identidade compartilhada é um poderoso fator de coesão de grupos. Nas instituições, “o discurso oficial produz determinados significados relacionados com a construção identitária da instituição em foco” (OLIVEIRA, 2002:38) e através dele podemos perceber a atuação dos diversos grupos implicados neste processo, bem como a relação destes com os diversos tipos de memórias que se perpetuam ou se apagam. O discurso a que nos referimos extrapola a noção de textos, documentos e falas. Refere-se à relação que os sujeitos estabelecem com o meio social e o processo histórico em curso. Discurso permeado pela ideologia, que se encobre muitas vezes nas retóricas e documentos institucionais.

Os trabalhos no campo da memória institucional devem considerar que somos sempre marcados pelo lugar que nos forma e de onde falamos. Como instituição, a universidade também cria mecanismos de controle para a afirmação de sua identidade, conferindo percepções e padrões de conduta a seus membros. Ao exercer mecanismos de controle sobre a memória de seus membros, leva ao apagamento as experiências incompatíveis com a imagem de unidade e uniformidade que ela pretende ter de si mesma. Diversos atores-sujeitos (indivíduos interpelados pela ideologia) estão envolvidos nas questões que perpassam a história de uma instituição, definindo, inclusive diversas formas específicas de memórias. Segundo COSTA (1997:5), as instituições são “formas fundamentais de saber-político [no sentido tomado por Foucault] que emergem no seio das sociedades e possuem duas faces simétricas: lembrar e esquecer.” E ainda, segundo a autora,

Uma instituição é, pois, obra coletiva, criação social, cultural, acontecimento. São agenciamentos coletivos que se instituem no seio das relações sociais. (...) São construídas historicamente e trazem embutidos, em seu processo instituinte, mecanismos de controle social, estabelecendo regras e padrões de conduta que venham a garantir seu funcionamento e o exercício de suas funções reprodutoras, que tendem à estabilidade e que obedecem a uma certa regularidade. Trata-se de reproduzir uma determinada ordem alcançada, com a intenção de manutenção dessa ordem. (COSTA:1997-82)

A pesquisa histórica e a Análise de Discurso

A construção de uma pesquisa histórica se faz mediante a ampliação do conceito de documentos, já que estes também são monumentos (LE GOFF, 2006) e desta forma, são suscetíveis a subjetividades e intencionalidades não expressas em sua produção, conservação, perpetuação e divulgação, sobretudo quando se trata de documentos oficiais das instituições. Sabemos que os discursos institucionais nem sempre explicitam as divergências e contradições em confronto e evocam (quando não perpetuam) a memória de determinados grupos num contexto sócio-histórico específico. Nesta problemática, não somente o existente ou materializado, como também o “não dito” de que nos fala Michel de Certeau (2002:67) ou “as formas do silêncio” de que nos fala Orlandi (2007) devem ser considerados como fontes, pistas ou indícios no desenvolvimento dos trabalhos. Indo além das considerações restritas à materialidade documental nos estudos da história e memória da nossa instituição, percebemos que a “não-comunicação” é também uma função da linguagem e sendo assim, pode-se entender os silêncios (que significam) a partir da análise e do entendimento do que é dito, registrado. Ao concebermos o discurso como “palavra em movimento” que significa, acreditamos, que não há “neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos” (ORLANDI, 1999:9). Ao tomarmos o discurso como evento ou acontecimento, somos também levados às considerações sobre os “sujeitos envolvidos, o contexto no qual se inscrevem as formações ideológicas que lhe dão ordem e os elementos discursivos que são agenciados para veicular os *sentidos propostos*”. (OLIVEIRA; ORRICO, 2005:80, grifo nosso). Sendo assim, os documentos textuais (atas, ofícios, memorandos, matérias jornalísticas, relatórios, regimentos etc), os depoimentos orais e os registros iconográficos (todos concebidos aqui como materialidades discursivas) com os quais trabalhamos devem ser compreendidos, não somente na ótica *do que* significam, mas *do como* significam. Como materialidades de um discurso institucional, devem ser abordados como “práticas socialmente inseridas em contextos específicos.” (OLIVEIRA, 2002:20)

Toda palavra é carregada de um conteúdo e de um sentido ideológico, liga-se diretamente às experiências de vida de indivíduos ou grupos e todo discurso tem a finalidade de expressar e produzir sentidos e, mais do que somente expressar um “puro pensamento”, configura-se como consequência de relações ideológicas. Por isso deve-se perceber, em toda pesquisa histórica, quem são os sujeitos envolvidos e o contexto no qual se inscrevem as formações discursivas nas quais estão imersos. Ao nos interessarmos por personagens de um discurso somos levados à noção de *estratégias discursivas*, que devem ser entendidas como “a maneira como o sujeito falante tenta se apoderar do papel que lhe convém e atribuir aos seus

interlocutores os papéis que escolheu para eles.” (PROST, 1996:321). Através da Análise de Discurso, deve-se conferir aos textos (ou quaisquer registros documentais) novas perguntas, já que as maneiras de falar não são inocentes e “para além de sua aparente neutralidade, revelam estruturas mentais, maneiras de perceber e organizar a realidade, denominando-a” (1996:321). No desenvolvimento deste trabalho interessam-nos mais as reflexões dos discursos institucionais a partir de suas materialidades textuais, como livros, atas, memorandos, ofícios e correspondências. Tal como Oliveira (2002:25), entendemos que o discurso estrutura-se a partir de um determinado contexto (no caso, uma instituição de Ensino Superior), onde se dá a relação entre sujeitos e grupos (atores) e no qual se forja uma série de práticas, valores e normas, que contribuem para a formação de uma identidade.

A UNIVERSIDADE DO BRASIL ENTRE A ILHA E O PALÁCIO: ALGUNS DISCURSOS SOBRE OS LUGARES

Consideramos que um discurso fundador caracteriza-se pela (re)significação de sentidos, apoiando-se nos vestígios de memória do sentido anterior para, deles, extrair e instalar o novo sentido, a nova tradição (FRANCISCO, 2004:13). Como exemplo de um “discurso fundador” da Cidade Universitária da então Universidade do Brasil, na Ilha do Fundão, podemos citar uma parte do pronunciamento feito pelo então presidente Getúlio Vargas, ao inaugurar o Instituto de Puericultura, em 1º de outubro de 1953 (OLIVEIRA, 2005:117-118):

[...] Foi há oito anos passados que o meu governo tomou as providências iniciais para levantar aqui o mais importante centro educacional do país. Compreendeu a necessidade de reunir e sistematizar, num conjunto de instalações apropriadas, os diversos institutos de ensino superior que constituem a Universidade do Brasil, ampliando-os nos seus currículos e objetivos. [...] Obra de grande vulto e longo alcance, muitos descreram de suas possibilidades. Agora, entretanto, já podemos ver que as nossas esperanças não foram frustradas. Se muito ainda resta a fazer, não foi pouco, decerto, o que já fizemos. [...] Devemos esperar que obras como essa avivem na alma dos moços a fé no Brasil e a confiança nos seus governantes. Pois o país trabalha e o seu governo se empenha na causa do progresso nacional, a despeito das campanhas insidiosas dos que nada constroem e apenas procuram difundir a descrença amarga e o pessimismo dissolvente.

Aqui, a contextualização e o conhecimento das *condições de produção* deste discurso atribuem a ele significados mais amplos. Primeiramente, o longo período mencionado pelo presidente (oito anos) toma como referência o Decreto-lei nº 7.563, de 21 de maio de 1945, que estabeleceu a localização para a construção da cidade universitária naquele local. Mas, se considerarmos que a primeira Comissão de professores encarregada de definir tal localização data de 1935 e que durante uma década diversos embates foram travados entre as comissões

de professores e engenheiros e arquitetos, facilmente compreenderemos que o processo foi conflituoso, não havendo, até então, um consenso na universidade sobre a acertividade da escolha final. Grandes resistências internas e externas se fizeram quanto à transferência de unidades da universidade para a Ilha Universitária (*“campanhas insidiosas das que nada constroem”*). Verificamos também tratar-se de um projeto de Estado (e não somente da UB), consonante com as políticas do nacional-desenvolvimentismo característico da Era Vargas (*“Devemos esperar que obras como essa avivem na alma dos moços a fé no Brasil e a confiança nos seus governantes. Pois o país trabalha e o seu governo se empenha na causa do progresso nacional...”*). Este enunciado nos sinaliza para as relações conflituosas que historicamente se estabeleceram entre a universidade e o Estado ao longo de diversos períodos. Ademais, as novas instalações na Cidade Universitária pressupunham, não somente uma nova espacialidade, como também reformas dos “conteúdos e currículos”, algo que se chocava com as instâncias de poderes de poderosos grupos de professores catedráticos da universidade.

Vejam os outros exemplos, cronologicamente anteriores ao discurso acima mencionado, e que lhe atribuem maiores significados: em 1946, findo o Estado Novo, o então Ministro da Educação Ernesto de Souza Campos, empreendeu uma tentativa de revogação do Decreto nº 7.563 que, como vimos, estabelecia a localização da cidade universitária na atual Ilha do Fundão. Encaminhando Exposição de Motivos ao então presidente Dutra, argumentava que

“a localização da Cidade universitária em ilhas da Guanabara [...] havia sido considerada imprópria por expressa resolução do Conselho Universitário da Universidade do Brasil, que entendeu mais conveniente a escolha dos terrenos da Praia Vermelha, para uma instalação mais modesta e de menores proporções” (OLIVEIRA, 2005:107).

Após novos encaminhamentos, o Presidente da República, diante de contra-exposições apresentadas por engenheiros e técnicos do DASP, manteve a localização no arquipélago.² A partir de então, temos na história de nossa universidade, a introdução de um novo espaço simbólico: o prédio do antigo “Hospício de Alienados”, no bairro da Urca, que deu origem ao atual campus da Praia Vermelha. O hospício havia sido desativado em 1942 e cedido, em 1945, à Universidade do Brasil que arcou, através de recursos próprios e o apoio da Seção de Engenharia do Ministério da Educação, com os custos da restauração,

² Para maiores informações sobre esta problemática, sugerimos a consulta de nossa dissertação de Mestrado “Das ilhas à cidade – a universidade visível”, defendida no Programa de Pós-Graduação em História Comparada do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ (PPGHC/IFCS/UFRJ)

transformando o prédio, de hospício a “Palácio” Universitário. Vejamos como o reitor Pedro Calmon (2002:89) refere-se ao episódio:

Extinto o hospício, surgiu o problema de aproveitamento do edifício, que poderia ser demolido, para em seu lugar serem construídos modernos prédios, ou restaurado, tendo-se em vista o que valia e representava para a cultura nacional. Prevaleceu este sentimento. E andou bem avisado o governo da República cedendo-o para as instalações da Universidade do Brasil. [...] A reitoria da universidade assim interpretou as responsabilidades que assumiu com esta doação: e em menos de um ano (entre fevereiro e dezembro de 1949), com as verbas próprias e o auxílio do Ministério da Educação e Saúde, as obras a cargo da sua seção de engenharia, obedecendo às linhas clássicas da construção, para lhe preservar a autenticidade sem prejuízo das adaptações requeridas pelos novos serviços, pôde inaugurar nesse “Palácio Universitário” a sua sede.

Não há, neste discurso, evidências de impasses, controvérsias ou mesmo referências sobre a instalação da universidade em sua Cidade Universitária, na Ilha do Fundão, já definida anteriormente, desde 1945. Mais do que atender a interesses da universidade, a incorporação do antigo prédio constituía-se como um *ato de valor patriótico*, já que se fazia em prol da defesa de um patrimônio da “cultura nacional” que estaria destinado à destruição. Menciona, inclusive, a eficiência e rapidez com que a universidade cuidou do empreendimento: “*em menos de um ano*”. Tal argumentação está sedimentada em nossa “memória institucional”, remetendo-nos ao que Pollak chama de “enquadramento da memória” (POLLAK, 1992: 200-212). Entretanto, atentos às especificidades e contrapontos entre história e memória, sabemos que “a história tanto molda como subverte a memória coletiva, numa relação de permanente tensão” (THIESEN;SANTANA, 2006:4). Nosso ofício de historiador nos leva a constantes interrogações, a partir da incorporação de fontes diversas para a construção de nossas narrativas. A simultaneidade temporal dos fatos acima mencionados é, no mínimo, intrigante; deve, certamente, despertar a curiosidade dos estudiosos no assunto. Sobretudo se considerarmos outros documentos na composição deste contexto, como por exemplo, o ofício nº 829, encaminhado pelo então diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), Rodrigo Mello Franco de Andrade, em 23 de julho de 1942, ao Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema(CAETANO, 1993:s/p, tomo2):

A fim de dar cumprimento à determinação de Vossa Excelência no sentido dêste [sic] Serviço elaborar o projeto de adaptação do edifício do Hospício Nacional de Alienados à finalidade de Externato do Colégio Pedro II, solicito as providências necessárias para o feito de ser transmitido a esta repartição o programa de instalação desejado para o referido estabelecimento de ensino.

Em ofício de 7 de janeiro de 1944, o diretor de obras do Ministério da Educação e Saúde, Ruy Moreira Reis, se dirigia ao diretor do Colégio Pedro II:

No processo 39.967/43, foram aprovadas pelo Sr. Presidente da República as obras de restauração do Hospital Psiquiátrico, para nele ser instalado o Colégio Pedro II.

Encaminhando o processo a esta Divisão, transmitiu o Sr. Diretor Geral do Departamento de Administração recomendação verbal do Sr. Ministro para que as obras se iniciem a 20 do corrente. Tratando-se de Edifício histórico, aconselhou-me o Sr. Diretor Geral, que entre em entendimento imediato com esse Serviço, afim de que sejam combinadas as providências cabíveis, para dar andamento às obras em questão, no prazo fixado pelo Sr. Ministro. (1993, s/p).

Documentos referentes à execução das obras, entre os anos de 1942 a 1944, levamos a considerar a preocupação com a adequação do prédio para receber as novas instalações do colégio Pedro II. Entretanto, após um hiato documental entre os anos de 1944 e 1945, somos surpreendidos pelo ofício do reitor da Universidade do Brasil, Ignácio M. Azevedo do Amaral, ao diretor do SPHAN, Rodrigo de Mello Franco de Almeida, expedido em 6 de dezembro de 1945:

Tenho a honra de apresentar a V.Excia. o Sr. Professôr arquiteto Archimedes Memória, da Faculdade Nacional de Arquitetura, com quem V. Excia. poderá entender-se sobre todas as informações necessárias às obras de instalação da Reitoria da Universidade, da Faculdade Nacional de Arquitetura e da Escola Nacional de Educação Física e Desportos. Aproveito o ensejo para apresentar a V. Excia. meus protestos de elevada estima e distinta consideração [sic]. (1993: s/p).

Finalizando e não concluindo...

Ainda não temos conclusões sobre as questões que envolvem a problemática da simultaneidade de obras que culminou com a fragmentação espacial que caracteriza UFRJ. Mas consideramos que maiores estudos do período compreendido entre os anos de 1945 a 1950 pode nos dar novos subsídios para maior compreensão do fenômeno. Certamente, é fato que merece estudos mais aprofundados a quase simultaneidade das obras na Ilha do Fundão e na Praia Vermelha. Como também gera estranheza o argumento, difundido na memória institucional (e tão utilizado nos discursos da universidade), de que a incorporação do prédio do antigo Hospício à universidade se deu em função da necessidade de impedir sua destruição. Certamente, não o seria. Os documentos apresentados nos dão claras evidências de que, ao ser destinado ao Colégio Pedro II, com obras sob a supervisão do SPHAN, não somente seria preservado, como seriam também consideradas as suas características arquitetônicas de prédio histórico.

Todo arquivo é “indício de uma falta”, como já nos alertou Henry Rousso (1996) e é preciso considerarmos que ele “encontra sua unidade em quem o produziu como conjunto, ou seja, em quem acumula os documentos no exercício de suas atividades. O agrupamento dos documentos, sua seleção dentre todos os passíveis de serem guardados proporciona o *sentido* dos mesmos.” (LACERDA, 1993:50). Os exemplos, aqui rapidamente mencionados e ainda não instrumentalizados devidamente a partir de critérios mais aprofundados com o

embasamento teórico-metodológico da Análise de Discurso da corrente francesa (suporte de nossa pesquisa), demonstram o quanto a incorporação de novas fontes atribui novos significados a uma realidade pretensamente conhecida. São nestes labirintos da história e memória que um pesquisador transita. Novas pistas levam-no a outros caminhos, quando não a mudanças de trajetórias. Saindo da tranquilidade dos conceitos e verdades que se perpetuam ao longo dos anos e solidificados nas narrativas institucionais, para zonas nebulosas, incertas, permeadas por silêncios e vazios que também significam. Trabalho instigante, nosso constante desafio...

Referências

- ALBERTI, Verena. *Ouvir contar*. Textos em História Oral. Rio de Janeiro: FGV / CPDOC, 2004.
- BORDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CAETANO, Lucina Oliveira. *O Palácio da Universidade do Brasil, ex-hospício de Pedro II*. Imagens e mentalidades. Dissertação (Mestrado em Belas Artes). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
- CALMON, Pedro. *O Palácio da Praia Vermelha*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 2002.
- COSTA, Icléia Thiesen M. *Memória Institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação), IBICT-UFRJ/ECO, 1997.
- FRANCISCO, Maria Assunção Simões. *O discurso radioeducativo e a construção da identidade nacional*. Dissertação (Mestrado em Memória Social). PPGMS. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- _____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2007.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- LACERDA, Aline Lopes de. Os sentidos da imagem. Fotografias em arquivos pessoais. *ACERVO* – Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, janeiro/dezembro, 1993 v.6, nº. 01/02, p. 41-53.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora Unicamp, 2006
- OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de Oliveira. *Das ilhas à cidade – a universidade visível*. A construção da Cidade Universitária da Universidade do Brasil. Dissertação (Mestrado em História Comparada) PPGHC/IFCS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

- OLIVEIRA, Carmem Irene Correia de. *UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO – discurso, memória e identidade: gênese e afirmação*. Dissertação (Mestrado em Memória Social) PPGMS. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Rio de Janeiro, 2002.
- OLIVEIRA, Carmem Irene C.; ORRICO, Evelyn G. Dill. Memória e discurso: um diálogo promissor. In: DODEBEI, Vera e GONDAR, Jô (org). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.
- ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso*. Princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2007.
- _____. *As formas do silêncio*. No movimento dos sentidos. Campinas: Editora Unicamp, 2007.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº10, 1992, p.200-212.
- PROST, Antoine. As palavras. In: RÉMOND, René. (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ / Ed.FGV, 1996, p. 295-330.
- ROUSSO, Henry. *Revista Estudos Históricos*, Fundação Getúlio Vargas – Centro de Pesquisa e Documentação: Rio de Janeiro, n. 17, 1996.
- THIESEN, Icléia; SANTANA, Marco Aurélio. O (im)possível esquecimento e os processos de ressignificação da Memória Social. *Usos do Passado – XII Encontro Regional de História*. ANPUH, Rio de Janeiro: 2006.